

A IMPORTÂNCIA DO NOME SOCIAL PARA AUTOACEITAÇÃO E ACEITAÇÃO SOCIAL DO PÚBLICO “TRANS”

Ticiano Damasceno Cerqueira¹
Alessa Montalvão Oliveira Denega²
Andréa Sandoval Padovani³

Resumo

O presente estudo teve como objetivo compreender o processo de aceitação pessoal e social da pessoa trans para o uso do seu nome social. Os dados foram obtidos através de uma entrevista narrativa, com uma mulher trans e um homem trans, realizada nos locais escolhidos pelos/as próprios/as participantes. Após a transcrição das entrevistas, as respostas foram divididas a fim de identificar em que momento do processo de reconhecimento como uma pessoa trans o sujeito definiu o seu nome social; O significado desse nome escolhido e qual a influência na consolidação da identidade; e verificar em quais contextos existem resistências sociais. Após a análise dos discursos, a partir de referências deste campo de estudos, tais como Judith Butler (2003), Berenice Bento (2017), Jaqueline de Jesus (2018), foi possível perceber que o nome social é a concretização do sentimento da pessoa em relação ao seu gênero de escolha. No entanto, com todos os esforços para que a população trans seja reconhecida, ainda há um longo caminho de enfrentamento às violências, tendo em vista assegurar os direitos humanos e promover uma mudança sociocultural pautada no respeito à diversidade.

Palavras-chave: Nome social, pessoa trans, aceitação social, autoaceitação.

Abstract

Thus, the present study aimed to understand the process of personal and social acceptance of the trans person for the use of their social name. The data were obtained through a narrative interview with a trans woman and a trans man, performed in the places chosen by the participants themselves. After transcribing the interviews, the answers were divided in order to identify at what point in the recognition process as a trans person the subject defined his or her social name; The meaning of this chosen name and what is the influence on the consolidation of identity; and check in which contexts there are social resistances. After analyzing the speeches, it was possible to realize that the social name is the concretization of the person's feeling in relation to their gender of choice. However, with all efforts to make the trans person recognized, there is still a lot of social resistance to being identified as such.

Keywords: Social name, trans person, social acceptance, self-acceptance.

¹ Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Maurício de Nassau – Salvador/BA

² Psicóloga, Mestre em estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia – Salvador – BA, Docente e coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau

³ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia – Universidade Federal da Bahia – Salvador – BA, Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau

INTRODUÇÃO

Ao abordar-se sobre a transexualidade e suas implicações, entende-se que é preciso discorrer sobre o que é ser homem e ser mulher, na construção das identidades de cada pessoa. Partindo do que se entende a cisheteronormatividade⁴, o que é comum, dito como o normal, é que os indivíduos se comportem socialmente da forma que se espera do seu gênero atribuído no nascimento, e o que se opõe a esse padrão comum é apontado como comportamento transgressor ou anormal (Emmily CHAGAS e Thayana NASCIMENTO, 2017). As mesmas autoras salientam que a identidade de gênero não está vinculada ao sentido binário do homem e mulher, já que pode ocorrer a diferenciação entre estes, não há objetivamente uma obrigatoriedade de que o órgão reprodutor esteja atrelado ao gênero, há variações dos tipos de gênero que não estão pautados no padrão cisheteronormativo. (CHAGAS E NASCIMENTO, 2017).

As identidades são construídas ao longo da vida, e por consequência o indivíduo pode ressignificar seus comportamentos tanto sexuais, como de gênero. (Neilton dos REIS; Raquel PINHO, 2016). Dessa forma, a transexualidade proporciona ao sujeito uma quebra no raciocínio binário, trazendo uma nova maneira de se pensar as relações de gênero (Bruno SILVA; Elder SANTOS, 2016). Michel Foucault (1999) entende que essa prática binária foi construída socialmente ao longo da história, e o binarismo sexual é realizado de forma mecânica, sem um pré-julgamento, embutindo na definição de gênero e sexualidade na qual está embasada no padrão heteronormativo.

Judith⁵ Butler (2003), em sua construção de pensamento sobre gênero e binarismo, faz

⁴ Cisheteronormatividade é a construção de pensamento que advém da raiz heterossexual e cisgênera como norteadores das identidades de gênero, nas quais passam por desencadear a naturalização cultural do normal, e o que se opõe ao normal é considerado anormal, deste modo provoca a anulação das diversas formas de se vivenciar gênero quais são consideradas transgressoras. (Amanda MATTOS; Maria Luiza ROVARIS (2016)

⁵ O primeiro nome das autoras referenciadas está evidenciado neste trabalho com o intuito de dar visibilidade a produção

questionamentos sobre a construção da identidade. A autora relata que a filosofia entende que a construção da identidade pessoal é estabelecida por características elaboradas pela subjetividade, e ocorre com o passar do tempo. Salienta ainda que a heterossexualização das formas de desejo que o sujeito teoricamente deve sentir estão vinculadas à heteronormatização do feminino e do masculino, atribuindo-se o que é “coisa de macho” e “coisa de fêmea” (BUTLER, 2013). E essa imposição cultural impede que outras formas de identidade de gênero possam ser aceitas, identidades estas que vão contra a norma doutrinária cultural regulamentadora.

Para Caio Próchno e Rita Rocha (2011) essa norma doutrinária está presente desde o momento em que os pais nomeiam o recém-nascido de acordo com a forma genital, atribuindo a este uma nomeação compreendida socialmente como feminina, ou masculina. Neste sentido, entende-se que ali foi empregada uma denominação e junto a esta, o determinismo de como esse ser deve agir usando as normas marcadas pelo gênero. Trazendo a compreensão do nome como uma das primeiras características com a qual o sujeito se apropria, os autores explicam que vinculado ao nome estão pressupostos a forma que o indivíduo irá entender o seu gênero e a sua sexualidade.

Quando o processo de transição se inicia, um dos primeiros aspectos em busca de adequação ao novo padrão de gênero é o desejo de ser chamado por um nome que represente o gênero da transição (Suzana OLIVEIRA, 2004). Pablo Rocon e colaboradores (2016) afirmam que a nova nomenclatura pode vir do desejo de que nomeação esteja adequada às mudanças proporcionadas ao corpo, porém o novo nome e as mudanças corporais não são justapostas, nem sempre as mudanças corporais são imprescindíveis.

Ao estabelecer outra designação, a pessoa trans passa a ter dois nomes: o civil e o social. O primeiro se refere ao que consta no registro, já o segundo é determinado pela pessoa, conforme a mesma se sente representada (Amanda ALVES, 2018). Silva e Santos (2014) entendem que o nome social é um referencial jurídico que contribui para a integração dos direitos da

científica realizadas por mulheres, de acordo a perspectiva da epistemologia feminista na construção de conhecimento. (Margareth RAGO, 1998).

personalidade do sujeito, e visa proteger a identidade do indivíduo, legitimando o exercício da cidadania. A designação utilizada pelo sujeito denomina também as relações de gênero, quando se trata do público em voga, há manifestação de ser identificado de forma correspondente com a identidade de gênero (o nome social), apesar de seus documentos civis.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) (2016), o processo de reconhecimento da transexualidade, seja quanto a autoaceitação ou na aceitação social, provoca no indivíduo o sofrimento psíquico. O público LGBT é vetado da liberdade de gênero implicando em uma desigualdade social, incluindo a pessoas trans, e o uso do nome social é uma forma de reconhecimento de sua identidade de gênero, na tentativa de diminuir as muitas violações dos direitos que esse público sofre (Thais SANTOS e Maria Lucia MARTINELLI, 2018).

Silva e Santos (2014) relatam que um dos grandes obstáculos vividos pelas pessoas “trans”, está ligado ao estigma e ao preconceito lançados a estes indivíduos juntamente com a escassez do amparo social, principalmente dos grupos próximos à pessoa estigmatizada. Fatores estes que levam a uma visão distorcida e negativa, atribuindo características de “anormalidade” a estes indivíduos.

Letícia Costa e Débora Dell’Aglío (2009) afirmam que a constituição de qualquer pessoa perpassa por suas vivências e pela construção dos significados estabelecidos nas relações com os outros indivíduos, fazendo com que a rede de apoio seja de fundamental importância. Esta rede composta pela família e pessoas vinculadas ao indivíduo, em tese, devem proporcionar o apoio para que este possa lidar com as situações de vida que podem ser adversas, proporcionando ao mesmo um desenvolvimento adequado.

Silva e Santos (2014) ao tratarem da importância da rede social na constituição da pessoa “trans”, percebem que é preciso que nos voltemos a pensar que a rede de apoio pode ser enfraquecida pelo fato deste público conviver com o estigma e com o preconceito, mesmo quando estes/ as têm acesso aos recursos, como a cirurgia de redesignação quando há o desejo de realizá-la, mudanças corpóreas e ao apoio psicoterapêutico. Ainda assim, para os autores, o que realmente traz o suporte mais efetivo a estes indivíduos

vem por intermédio das relações sociais, porém, estas nem sempre atendem às expectativas. Desse modo, o entendimento de si, seja nos aspectos comportamentais e da sua sexualidade e na vinculação com os grupos (sua identidade social), pode estar ligado à forma com que a família, os amigos, as relações amorosas enxergam esse outro modo de se sentir mulher e homem, levando em consideração a identidade de gênero.

TERMINOLOGIA

Dentre os conceitos das identidades de gênero, temos as pessoas transgênero ou “trans”, como sendo aqueles/as que não se identificam com o gênero determinado desde o seu nascimento pelos os órgãos genitais (Jaqueline de JESUS 2012), no entanto, a pessoa “trans” não necessariamente sente vontade de realizar modificações em seu corpo (Amanda ALVES; Bruna AZEVEDO; Diogo SILVA, 2018) O termo pessoa trans representa o oposto de uma pessoa cisgênero, que é aquele/a cujo se identifica com o seu gênero de seu nascimento. (BRASIL 2018).

Perante a sociedade, as travestis e transexuais são também reconhecidas/os como “transgêneros” ou “pessoas trans” (Márcio SARAIVA, 2014). A expressão “Travesti” se refere à identidade de gênero transgênera feminina. A pessoa travesti, não obrigatoriamente identifica-se como a categoria feminina ou masculina, porém, quando se trata da forma de abordá-las, desejam que o faça sempre no feminino (JESUS, 2012). Já o termo “Transexual” se refere a uma expressão utilizada para se referir a pessoas que não se identificam com o sexo biológico. No entanto, por trazer uma conotação de uma condição patológica, é um termo a ser evitado atualmente (ALVES; AZEVEDO; SILVA, 2018).

CONQUISTAS DE DIREITOS E A PSICOLOGIA

No Brasil, foi instituído o direito da pessoa trans a usar e se identificar pelo seu nome social, por meio do Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, de Abril de 2016, garantindo essa licença, para público trans, ao seu nome social e que este seja utilizado para sua identificação em qualquer documento oficial, se assim for requerido pelo(a) interessado(a) (BRASIL, 2016).

No que a Psicologia dispõe sobre a garantia de direitos do público trans nas suas atuações, a resolução CFP nº 01/1999 que é a pioneira no processo de regulamentação atuação da/o psicóloga/o em relação à orientação sexual. Resolução nº 14/2011 do CFP Assegura às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserida no campo “observação” da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo, por meio da indicação do nome social. Posteriormente no Dia Nacional da Visibilidade Trans do ano de 2018, ocorreu a Resolução CFP nº 01/2018, que promove normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

Anderson Fontes (2018) afirma que Conselho Regional de Psicologia da Bahia o CRP-03, atuando de acordo com o que diz o CFP, orienta que não é de cunho da atuação do psicólogo(a) entendimentos que visam a reorientação do desejo sexual de qualquer indivíduo, buscando uma mudança na orientação sexual, pois o papel do/a psicólogo(a) deve ser em busca de proporcionar acolhimento e ajuda no entendimento de questões de angústia do sujeito, e não o de fomentar dispositivos que provoquem sofrimento psíquico. O/A profissional de Psicologia tem por função promover reflexões e esclarecimentos sobre os assunto LGBTQI+, e não faz parte de seu propósito questionar os diversos modos de existências, sejam elas cisgênera ou trans, homoafetivas ou heterossexuais.

No ano de 2015 o CRP-03, divulgou uma nota retificando que a transsexualidade não qualifica uma patologia, desta forma deve ser compreendida como forma autêntica e legítima de identidade de gênero. E mediante a tal, os/as psicólogos(as) ao desenvolver produções sobre o público em voga, deve buscar fontes de conhecimento que estejam embasados nos estudos culturais de gênero e nos direitos humanos, dando a devida evidência nas dissociações das ideias cis-heteronormativas (Diogo SILVA, 2018).

A presente pesquisa pretende sensibilizar profissionais da área de saúde e das áreas sociais, envolvendo também os profissionais da educação, entre outras, transformando as ideias pré-concebidas, diminuindo preconceitos, pois acreditamos que onde há informação se pode diminuir desigualdades. Neste sentido, estudou-se como o uso do nome social tem

contribuído para o processo da aceitação da pessoa trans. Para isso, tem por objetivo geral compreender o processo de aceitação pessoal e social da pessoa trans para o uso do seu nome social, através de relatos de pessoas adultas trans que residem no município de Salvador-BA.

Propomos, portanto, como objetivos específicos: 1) Identificar em que momento do processo de reconhecimento como uma pessoa trans o sujeito definiu o seu nome social e o sentimento gerado por este processo; 2) Descrever o significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade; 3) Verificar em quais contextos existem resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo seu nome social.

MÉTODO

Estudo de cunho qualitativo descritivo, através de pesquisa de casos múltiplos. Foram inclusos duas pessoas participantes residentes da cidade de Salvador-BA, sendo que os/as mesmos/as se denominaram como uma pessoa “trans”, sendo uma mulher “trans”, com idade de 40 anos, casada, tem uma filha adotiva e sua raça autodeclarada branca e um homem “trans”, com idade de 23 anos, atualmente vive em relacionamento estável com sua companheira e sua raça autodeclarada negro. Visando obter anonimato das pessoas participantes, foram utilizados nomes fictícios, tanto para o nome social como para ao civil na descrição da entrevista. As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos/as participantes, de acordo com suas preferências e onde os/as mesmos/as se sentissem confortáveis para o diálogo.

Após a concordância em participar do estudo, o/as participantes foram instruídos/as a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando com o uso das informações prestadas para fins acadêmicos.

Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista narrativa, pois, segundo Muylaert e colaboradores (2014) neste método os indivíduos usam sua memória de forma seletiva, pois quando se recordam sobre fatos ocorridos no passado, não é possível que se lembrem de tudo o que aconteceu detalhadamente, já que alguns momentos são esquecidos de forma aleatória e inconsciente. Deste

modo, a informação válida é o que a pessoa registrou de sua vivência, o que a mesma considera verídico, não levando em consideração aos fatos em si.

A partir do roteiro pré-estabelecido contendo uma pergunta disparadora e sete pontos de abordagem, a pesquisa teve como finalidade compreender o processo de aceitação pessoal e social da pessoa “trans” para o uso do seu nome social, durando em média 29 minutos. Foi utilizado gravador do celular, com o aplicativo “gravador de voz avançado” para melhor captação de respostas.

O primeiro passo foi realizar uma transcrição fidedigna das falas coletadas na entrevista, e após este processo, estas foram revisadas pelos/as entrevistados/as e aprovadas pelos/as mesmos/as. O passo seguinte foi descrever detalhadamente as evidências coletadas, de acordo com os objetivos da pesquisa. Segundo Miguel (2007), este período em que se faz a distinção dos dados e dos informes de importância, além das possíveis percepções das pesquisadoras.

O terceiro passo foi embasar o que foi encontrado nos relatos com o referencial teórico, assim, podendo distinguir os encontros e as oposições na literatura, considerando que os dados não são autoexplicativos, pois necessitam de articulações com as devidas teorias que estão a nortear a pesquisa (ZANELLI, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escolhendo o novo nome e a adequação à transição

Butler (2003), ao desenvolver o pensamento sobre gênero e binarismo elucida questionamentos sobre o tema como: até que ponto o discurso regulador da divisão dos gêneros pode influenciar na constituição do sujeito, assim como na construção da sua autoidentidade? Como podemos entender em que medida a construção de gênero do sujeito foi definida pela construção social baseada no ideal normativo, e em que momentos a definição do gênero foi influenciada pelos eventos vividos?

Sobre a escolha do nome social, Silva e Santos (2014) concluem que a formação da identidade social da pessoa trans sofre forte influência e, muitas vezes, é

determinada pelas relações e pelas redes de apoio que são estabelecidas.

Ao questionar ao Pierre Scott ⁶ como ocorreu a escolha de seu novo nome, relatou que a escolha do nome social e a descoberta de ser um homem trans foram em épocas muito próximas (Quadro 1).

Podemos inferir, portanto, que o entendimento de si, seja nos aspectos comportamentais e da sua sexualidade e na vinculação com os grupos (sua identidade social), está ligado à forma com que a família, os amigos, as relações amorosas enxergam esse outro modo de se sentir mulher e homem, levando em consideração a identidade de gênero (SILVA; SANTOS, 2014). Ao falar do processo da construção do autoconceito, Cláudia Andrade (2016) entende que o autoconceito é sistema de crenças constituído de forma multidimensional e dinâmico, no qual o progresso no desenvolvimento vai ser embasado pelos diversos padrões e trajetórias vivenciadas desde o início da vida até a idade adulta.

Quadro 1 - Discurso sobre o processo de reconhecimento como uma pessoa trans, a definição do nome social e o sentimento gerado por ele

Tema central	Discurso
Processo de reconhecimento como uma pessoa trans, a definição do nome social e o sentimento gerado por este processo	Então, eu não conseguia ouvir meu nome antigo, que era Celena, não sei, não me soava, não me atendia, sabe?! É como se fosse um nome comum. Ai no período de faculdade, em 2014.1 tinha uma professora [...], e ela era muito entendedora das questões LGBT, e ai ela fez : “e você já parou pra pensar que você pode ser trans”, ai eu: “pô, eu já ouvi isso uma vez” , e aí foi quando eu fui conhecendo um pouco mais. E aí começou, um corte de cabelo daqui, e outra coisinha dali. E o

⁶ Pierre Scott: Nome fictício designado para o homem trans.

Scott veio primeiro do que o Pierre.

O Scott veio porque eu tenho um labrador...de tanto ficar Scott, Scott, Scott, o meu apelido na faculdade ficou Scott, e já começou por aí. E aí, essa bendita professora, me apelidou Scott, e todo mundo da faculdade ela falava: “ vá procurar Scott que ele te instrui e tal forma” o Scott pegou , na faculdade eu fui o primeiro caso da instituição a retificar o nome, quanto transgênero.” Pierre E foi através dela que foi surgindo tudo, até que “pô, você tem cara de Pierre” mas por que? “Ah, mas tá legal, o nome combina ne?” “Pronto, e aí juntou, porque eu sempre fiz, ó se eu tiver um filho, não que seja da minha vontade engravidar, mas se eu tiver um filho, o nome irá ser Pierre, então juntou o útil ao agradável, por isso fechou Pierre.

Quadro 2 - Discurso sobre o processo de reconhecimento como uma pessoa trans, a definição do nome social e o sentimento gerado por ele

Tema central	Discurso
<p>Processo de reconhecimento como uma pessoa trans, a definição do nome social e o sentimento gerado por este processo</p>	<p>Quando eu era mais jovem não era Aimê, não passava na minha cabeça esse nome. Engraçado, né?! Era Fani.</p> <p>Aos 15 anos eu comecei a ter essa transformação, a querer mudar um pouco, sabe?! Hoje não que eu já vou fazer 40. Então eu não sou “tão”. Mas assim, quando era mais jovem era muito mais feminina, entende?! Não tinha marca de barba de bigode, nada. Era muito mais feminina.</p> <p>Fui para Itália. Chegando na Itália, um determinado carro para, e aí o italiano chegou pra mim e falou assim: “Ciao, bella! Como te chama, amada?” Ou ele disse, né?!: “Oi, linda! Como você se chama, amada?” Aí eu virei pra ele e disse: “Io me chiamo Aimê! Tutto bene?” Eu me chamo Aimê! Tudo bem? E aí ele chegou e “tudo bem.” E aí... “Sali in macchina!” ou seja, entra no carro. E daí esse Aimê.</p> <p>Mas eu acho que foi um sopro divino porque Aimê significa amada. E é o que eu sou hoje, tanto pela minha filha, como pela minha família, como pelos meus amigos.</p>

Fonte: Dados da própria pesquisa

Fonte: Dados da própria pesquisa

A entrevistada Aimê⁷ conta que o nome que usa atualmente se deu em sua experiência vivendo fora do país (Quadro 2).

Geraldo Paiva (2007) se propôs a estudar a formação da identidade, no processo psicológico do indivíduo, entendendo que se devem considerar os

⁷ Aimê: Nome fictício designado para a mulher trans.

elementos de cognição, afetividade e a adesão deste ser a um grupo. Sendo que há a necessidade da coerência entre estes elementos pessoais com a ligação ao grupo para que se possa perceber como ocorre a interação das dimensões psicossociais na construção da identidade de um sujeito. É na constituição da coerência, na sua perspectiva cognitiva em relação ao grupo, que é possível perceber como funciona a dinâmica de variações dos diversos graus da identidade pessoal, seja a identidade psicossocial, a formação ética, a definição da profissão, adesão à crença religiosa, entre outras.

O nome social e o que ele representa

Para Silvia Lane (1989), ao falar sobre processo de aprendizagem da língua mãe, percebeu-se que são produzidos significados aprendidos por todos que partilham do mesmo idioma, pois é desenvolvido em uma dinâmica sociocultural histórica, porém estes podem sofrer mudanças a depender do processo de pensamento e entendimento de cada pessoa, e por isso é possível pensar que cada um assimila subjetivamente os significados mediante ao contexto, onde cada indivíduo adota um “sentido pessoal” ao significado, uma representação. Conforme Kathryn Woodward, (2014), cada representação

[...] inclui as práticas de significados e os sistemas simbólicos por meio das quais os significados são produzidos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que os sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (Kathryn WOODWARD, 2014, p. 17).

Ao relatar o que representa o nome social para si, Aimê declara que o seu nome e seu significado estão exatamente ligados com a forma que a mesma se sente perante o seu ciclo social (Tabela 3).

Quadro 3 - Discurso sobre o significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade

Tema central	Discurso
O significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade	Aimê é o que eu sou hoje, tanto pela minha filha, como pela minha família, como pelos meus amigos... Aimê! Então é como eu falei. Então foi um sopro divino, entendeu? Por isso que eu escolhi.

Fonte: Dados da própria pesquisa

Jorge Leite Jr (2011) esclarece que as variadas formas de se experienciar a transexualidade, contribuem para o confronto das normas de gênero, mesmo que de forma não intencional. Elucida que tais normas podem ser mutáveis, quando há a necessidade de mudanças do gênero, geralmente também nasce a vontade da mudança nos corpos.

No relato de Pierre sobre o que seu nome carrega de significado, percebe-se que o nome proporciona a este um empoderamento de si e de autorreconhecimento (Quadro 4).

Quadro 4 - Discurso sobre o significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade

Tema central	Discurso
O significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade	Pierre hoje pra mim é resistência, Pierre para mim é uma luta diária comigo mesmo, antes era difícil eu me aceitar, antes eu não tinha um amor próprio. O primeiro que eu não me aceitava pelo eu ser gordo, segundo que eu não aceitava por ser Celena na época, terceiro porque vai alimentando um monte de coisa, família falando muito, aceitavam, mas muitos me julgavam, a vida é sua você faz o que você quiser,

(Continuação)

Tema central	Discurso
	<p> você já tem aquela complexidade juntando tudo. Então hoje Pierre pra mim veio como resistência, principalmente depois da retificação do nome porque que foram meses de labuta com o cartório, um cartório religiosíssimo, porque meu cartório era na suburbana, e eu fui a primeira pessoa trans a dá entrada lá. Depois de quase todas trajetórias de transação então assim, rapaz para mim casa até hoje quando eu vejo o Pierre para mim ainda é comum, mas quando eu escuto o Scott, não sei porque me comove mais sabe?! A família de meu pai, tem isso também, não fala o Pierre, mas pra não dá o braço a torcer de que está aceitando falar mas, o Scott leva mais como apelido, e aí para mim acredita mais gratificante, alguém perguntar sempre falo Pierre, mas você vai ouvir me chamar mais por Scott, há é mesmo, já ouvir falar de você então, aí fica meio que marcado aquilo, e tem a questão também de que o Scott tem uma emoção maior do que o Pierre para mim. </p>

Fonte: Dados da própria pesquisa

Entre forma de se comportar perante a sociedade, hora regulada e orientada pelas pessoas que fazem parte da rede de convívio do indivíduo, principalmente os cuidadores até o momento que o comportamento passa a ser determinado pelo querer da própria pessoa, pode ocorrer um rompimento do indivíduo com o meio, isto acontece devido a dois processos no desenvolvimento, o processo de separar-se, buscando a uma individualidade, e o processo de busca da construção de uma nova identidade

(TANNER, 2006). Esse nome, portanto, carrega a noção de que o sujeito tem prioridade de si, como um ser que tem direito à representação e à identificação (OLIVEIRA, 2004).

Aimê traz em seu discurso sobre o significado de ser mulher, no que diz respeito de sua aceitação perante o seu círculo religioso (Quadro 5).

Quadro 5 - Discurso sobre o significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade

Tema central	Discurso
<p>O significado do nome social escolhido e qual a influência na consolidação da identidade</p>	<p>[...] não vou nem falar em questão do nome, eu vou falar em questão da vestimenta... É... Eu sou candomblecista, e... na roça de Candomblé como nós falamos do meu esposo que eu também frequentava, lá eu tinha que me vestir masculinamente. Estou em outra roça de Candomblé, e nessa roça de Candomblé, o pai de santo, que não é só meu pai de santo, é meu amigo, ele chegou para mim e falou quando eu fui para lá: “Olhe, eu já preparei todo o meu povo pra dizer que tem uma irmã deles aqui. E você vai vestir saia. Por que para o Orixá, ou para Deus, o que importa é o interior, não o exterior.”</p>

Fonte: Dados da própria pesquisa

Agnaldo Garcia (2013) aponta que as relações pessoais são estabelecidas mediante o contexto social e cultural em que se emergem, sendo assim, cada pessoa é influenciada a agir de acordo com os diversos papéis que assume ligada a posição na sociedade que o mesmo está inserido. Portanto as diferentes formas de se apresentar nos ciclos sociais que o indivíduo ocupa, seja perante a família, núcleo religioso, trabalho e etc., contribui para as mais variadas formas de se relacionar.

RESISTÊNCIA SOCIAL – A FAMÍLIA E OS OUTROS

Costa e Dell’Aglio (2009) afirmam que a constituição de qualquer pessoa perpassa por suas vivências e pela construção dos significados estabelecidos nas relações com os outros indivíduos, fazendo com que a rede de apoio seja de fundamental importância. Esta rede, em tese, deve proporcionar o apoio para que o indivíduo possa lidar com as situações de vida que podem ser adversas, proporcionando ao mesmo um desenvolvimento adequado.

Ao falar sobre a reação dos familiares quando decidiu pela transição de gênero e como os mesmos conceberam o novo nome, Pierre comenta que houve a necessidade de se impor (Quadro 6).

Quadro 6 - Discurso sobre os contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.

Tema central	Discurso
Contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.	Comecei a transição de gênero, se não quiser saber, paciência, a partir de hoje é <i>Pierre</i> . “Eu não vou chamar de <i>Pierre</i> ” “Você não chama se não quiser. Cabe a você respeitar ou não. Não vou deixar de falar com você por isso.”

Fonte: Dados da própria pesquisa

Para Berenice Bento (2017), quando a pessoa trans percebe que por sua maneira de ser não está de acordo com o socialmente esperado dela, devido ao determinismo biológico, este ser se dá conta das várias violações que sofreu.

Aimê revela lembranças de sua infância que somente após entender-se como mulher trans percebeu que as atitudes de seus familiares eram de regulação para que a mesma se adequasse ao gênero de nascimento (Quadro 7).

Quadro 7 - Discurso sobre os contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.

Tema central	Discurso
Contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.	Quando eu era criança que eu começo a pensar aí vem logo na mente aquele dia que eu sentei na casa de meu pai e fui cortar de garfo e faca a carne e ele chegou e me recriminou por eu tá cortando daquela forma igual uma menina. Eu ficava com minhas primas, e eu sempre pedia a minha prima para fazer Maria Chiquinha. Só que com essa idade, todo mundo sabe “é uma criança”, mas pessoas às vezes, é... re... como é que eu posso falar... a palavra certa não é essa, mas é que vem na mente agora... barra, né, a forma dela ser porque acha que alguma coisa. Eu fui ao psicólogo, minha mãe me levou ao psicólogo, e os psicólogos sempre falavam para ela que era uma criança normal dotada de inteligência.

Fonte: Dados da própria pesquisa

Para José Carlos Filho e Elisa Scheibe (2009) As pessoas trans devem construir uma identidade que venha a contribuir para o reconhecimento pessoal, ou seja, o direito à personalidade. E em busca de dignidade são imprescindíveis tudo o que garante à pessoa trans a condição de legitimação de sua cidadania. O reconhecimento faz parte da afirmação de um ser carregado de autenticidade e legitimidade e a retificação do nome no registro é parte fundamental desse processo.

Este fato é reafirmado por Rocon e colaboradores (2016) na coleta dos relatos de pessoas trans e suas dificuldades ao acessar o Sistema Único de Saúde, percebeu-se, nesta pesquisa, que mesmo com a

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, implementada através da portaria nº 2.836, lançada pelo Ministério da Saúde em 2011, que normatizou o direito ao uso do nome social de travestis e transexuais, estas normativas não foram integradas ainda ao cotidiano dos/as profissionais de saúde atuantes no SUS, afastando a população LGBT dos serviços.

As autoras Ariane Senna e Maiane Sauer (2016) apontam que os/as profissionais dos serviços de saúde expõem ao constrangimento a mulheres trans quando as mesmas buscam o serviço, descrevem que além do desconhecimento sobre as portarias e leis normativas, há o despreparo para o atendimento de forma humanizada, não existindo a conscientização de uma sociedade como um todo.

Pierre afirma que se depara com a resistência social quando precisa de atendimento médico (Quadro 8).

Quadro 8 - Discurso sobre os contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.

Tema central	Discurso
Contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.	<p>Semana passada que eu estava na emergência, e era frustrante chegar na recepção com essa cara e</p> <p>chegar no painel ter o meu nome Celena , que é meu nome antigo, embora já tenho o nome todo retificado, tudo ok, e o plano tá já há 8 meses meu pai na guerra pra retificar o nome, pow!</p> <p>Entrei para fazer a pergunta médico e tal, da mesma forma que toda vez eu vou fazer alguma coisa pelo plano, olha só, pra eu dizer que eu vou pra emergência é porque eu tô muito, muito ruim, eu só vou pro (hospital), pra eu ir ali minha irmã... pode dizer que eu estou nas últimas mesmo, porque</p>

	<p>imagina, você tá mal</p> <p>aí você precisa primeiro explicar o médico quem é você que tá ali porque o nome que me chamou não condiz, pra somente depois falar da doença, imagina a frustração da pessoa né?</p>
--	---

Fonte: Dados da própria pesquisa

A portaria nº 1820/2009 do Ministério da Saúde (2009) dispõe sobre o direito a qualquer pessoa a um atendimento humanizado e livre de quaisquer atos discriminatórios nos serviços de saúde.

É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Silva e colaboradores (2017) referem que a falha do direito ao uso do pronome escolhido também se configura como violência, devido ao constrangimento vivenciado, e esta forma de restrição pode provocar sofrimento às pessoas trans e, conseqüentemente, afastá-las da procura por atendimento de saúde, por exemplo.

Próchno e Rocha (2011) apontam que, nas narrativas coletadas em sua pesquisa, as travestis vivenciavam, muitas vezes, constrangimento ao terem que apresentar seus documentos para as mais variadas formas de atendimento. Fato que vai de encontro ao que recomenda a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, de 13 de agosto de 2009, lançada pelo Ministério da Saúde (MS), através da portaria nº 1820, segundo a qual, a identificação pelo prenome de desejo do indivíduo não depende do seu registro em documento civil, vetando quaisquer tratamentos que utilizem de números, nome de patologias, códigos ou que sejam realizados de modo preconceituoso e/ou depreciativo, que possam constranger o sujeito. Percebe-se, portanto, que o que está proposto na carta não está se fazendo valer em boa parte das instituições.

No contexto histórico, a população que transcende o gênero passa por estereótipos embasados

pelo binarismo, são inúmeras as formas de violência destinadas a esse público, sejam elas, físicas, psicológicas e/ou simbólicas. Entende-se que quando há preconceito e discriminação, há também exclusão social, dificuldade de acessos aos serviços públicos e o não reconhecimento de sua representatividade social (JESUS, 2012).

Ao ser questionada sobre a resistência social, a entrevistada Aimê aponta o desrespeito em locais de atendimento ao público (Tabela 9).

Quadro 9 - Discurso sobre os contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.

Tema central	Discurso
Contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.	<p>A resistência vem de eu ir no banco e a pessoa do caixa olhar para mim quando eu dar a minha identidade e me chamar de senhor. Então assim... eu acho que ele não teria que se levar por meu documento, e sim pela imagem que eu tô passando.</p> <p>A resistência é você ir num local público como eu tô lhe falando, e muitos ainda não ter o respeito devido a você. Você tá entendendo?! É você ver como eu estou hoje aqui as pessoas ainda chegarem e falarem “ele”, cê entendeu?! Não que eu me incomode, sou sincera, não me incomoda. Mas assim... é uma falta de respeito, cê entendeu? Então essa é a falta de respeito eu acho que é isso que o povo brasileiro ainda tem que se educar. Porque você chega num país de primeiro mundo, como eu morei na Itália, você pode tá com a barba caindo nos pés, mas você tá de peito, você tá</p>

	feminino, eles te tratam de senhora.
--	--------------------------------------

Fonte: Dados da própria pesquisa

Felipe Moreira (2014) dispõe que, no caminho de identificação dos gêneros, existe a percepção visual que temos do outro para que este seja identificado como feminino ou masculino, visualmente é necessário uma série de signos pré estabelecidos e aprendidos que vinculamos aos distintos gêneros, e quando não há um reconhecimento, ou aceitação tende-se a avaliar negativamente, conseqüentemente pode gerar intimidações e operações destinados ao que são fora do padrão. Segundo Berenice Bento (2017), comumente, entre os homens trans percebe-se que quando se alcança a passabilidade⁸ de forma a que socialmente sejam vistos como homens, as atitudes sociais de rejeição ou recriminação são menores ou quase inexistentes. Porém quando se há momentos cotidianos em que ainda precisem ser identificados pelo antigo nome, acontece um retrocesso, e uma violação do que se foi conquistado, não há uma compatibilidade em um homem ter um nome feminino. E assim se configura mais uma forma de violência, para com as pessoas trans.

Pierre traz a passabilidade em seu relato como ponto positivo e de fundamentação da sua imagem como homem, mesmo sem ter realizado ainda a retirada das mamas (Tabela 10).

Tabela 10 - Discurso sobre os contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.

Tema central	Discurso
--------------	----------

⁸ Passabilidade: “passar por cis”. A reunião de características corporais e comportamentais baseada na norma heteronormativa da pessoa cisgênera, que a pessoa trans assume e se adequa ao ponto que ao se apresentar socialmente, sejam reconhecidos como uma pessoa cisgênera (Júlia Clara De PONTES; Cristiane Gonçalves da SILVA, 2017).

Contextos em que existiram resistências sociais que o/a impedem de ser identificado/a pelo nome social.	Hoje eu tenho uma passabilidade muito boa na rua, tanto que quando falo da cirurgia, o povo me fala assim: “Ah velho mas você precisa emagrecer “ velho hoje eu amo ser gordo, porque quando é para emagrecer, eu emagreço demais e aí os seios aparecem, mesmo que eu use a faixa, mesmo que eu use o que for, já começa a transparecer. E aí eu sendo gordo aparece apenas um homem gordinho com “tetras”, tipo assim na forma bem chula.
	É uma passabilidade incrível, tanto é que hoje, era o sonho todo mundo barba, hoje eu tenho barba, “ô” meu Deus eu quero tirar mas eu não tiro que eu sei que se eu tirar não vai ficar estranho na rua mas eu não consigo me ver sem porque a conta é minha identidade enquanto homem nas ruas.

Fonte: Dados da própria legenda

Júlia Clara de Pontes e Cristiane Gonçalves da Silva (2017), no artigo sobre a cisnormatividade e a passabilidade, visando compreender as atitudes que as pessoas trans assumem para com as normas de gênero através de narrativas múltiplas, homes e mulheres trans, onde encontrou no discurso de uma participante (mulher trans), onde a mesma atribui aos seios o que contribui para a passabilidade, já o homem trans explica que o contribui para o reconhecimento como um homem “cis” são os contornos masculinizados.

Moreira (2014) afirma que não se pode delimitar as identidades de gênero apenas por sua configuração física, e que estas não deveriam ser fomentadas de forma negativa nas relações sociais, porém, a ditadura das separações binárias denotam

autoritariamente que ao fugir do padrão, torna o corpo nulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do nome social não pode ser entendido apenas como uma garantia de direitos, e sim como forma de validar e consolidar o que a pessoa trans traz sobre si, de como se apresenta no mundo sem que suas escolhas sejam questionadas. A forma de como as pessoas se vestem e se comportam, trazem suas identidades e reunião de características que fazem uma pessoa ser única. A construção de valores, crenças e ideias do eu e da sociedade de cada indivíduo irá perpassar suas vivências, experiências e próprias interpretações e significados gerados por estes acontecimentos. O nome apresenta um significado, dá sentido a esse conjunto de características, e negar o uso do nome é negar o reconhecimento de si, e consequentemente remete a inexistência e a anulação de vida.

Essa invalidação de existência, afasta o público trans dos espaços em que sua composição enquanto ser humano é desvalorizada. A procura de atendimento médico é um dos exemplos, pois percebe-se que há um despreparo dos/as profissionais ao lidar com a pessoa trans, o que reflete diretamente na condição de ser e estar no mundo dessa pessoa. Profissionais da saúde e de atendimentos ao público de modo geral precisam mudar o olhar para essa população a fim de trazer equidade em suas práticas, e isso implica na capacitação dos/as profissionais, além da educação para o público como um todo.

A discussão de gênero, ser homem ou mulher não se define a partir dos aparelhos reprodutivos dos seres humanos. É uma questão de comportamento, posicionamento. Não somente o físico. É o que se encontra na esfera pessoal a partir das próprias reflexões e de como socialmente são reconhecidos os papéis do ser homem ou ser mulher. Portanto, a definição entre homem e mulher não deve ser pautada em cima do que representa a genitália ou sexo biológico, e sim de como cada pessoa se enxerga no mundo, sua identidade.

O reconhecimento enquanto homem ou mulher, ainda se dá a partir do que a sociedade imputa, enquanto o significado real de ser homem ou mulher,

está muito mais voltado para o sentimento, ou concepção individual do que se quer ser.

Na discussão do tema a autora Berenice Bento propõe que “Não existe gênero em uma estrutura corpórea, existe na prática. Nós fazemos gênero no dia a dia” (BENTO, B, 2017, p.108).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cláudia. A construção da Identidade, Auto-conceito e Autonomia em Adultos Emergentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo. V. 20, n. 1, p. 137-164, 2016.

ALVES, Amanda; AZEVEDO, Bruna; SILVA, Diogo (Org.) *Psicologia, sexualidades e identidade de gênero*: Guia de referências técnicas e teóricas. 1. ed. Salvador: CRP-03, 2018.

BRASIL. Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, de Abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 10 de nov de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, Portaria nº 2.836/2011, Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em 08 nov de 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos - *Manual Orientador Sobre Diversidade*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade>

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). *Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais*. Brasília: 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

BENTO, Berenice. *TRANSVIAD@S gênero, sexualidade e direitos humanos*. Editora da

Universidade Federal da Bahia EDUFBA. 2017, p. 107-108.

BUTLER, Judith. A Ordem Compulsória do Sexo/Gênero/Desejo, In: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversivo identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CHAGAS, Emmily Negrão; NASCIMENTO, Thayana Evelyn Pinto do. (In)Visibilidade Trans: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, n. 8, 2017, Maranhão, *Anais da XVIII Jornada Internacional De Políticas Públicas*, Maranhão, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Resolução n. 018/2002, de 19 de Dezembro de 2002

COSTA, Letícia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social. In: LIBÓRIO Renata Maria Coimbra Libório; KOLLER, Silvia Helena. (Eds.), *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira* (p. 219-263). São Paulo, Casa do Psicólogo. 2009.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome. *Oralidades*, a. 6, n.11, p.89 -116, jan-jul/2012.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; SCHEIBE, Elisa. Transexuais e direitos de personalidade sob o prisma da repersonalização do direito privado. In: Congresso Nacional do CONPEDI, n. 8, 2009, São Paulo, *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 1. Ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2ª ed. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 05 nov. de 2018.

- LANE, Silvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley.(Org.), *Psicologia social o homem em movimento*. 8ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1989
- LOPES, Ana Luiza Martins Dias. *O direito à identidade de gênero e ao nome civil dos transexuais: uma análise do atual cenário e da necessidade de adequação das normas brasileiras*. 2015. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais), Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.
- MATTOS, Amanda Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, Salvador, v. 1 n.5, pp. 132-153, 2016.
- MUYLAERT, Camila Junqueira; et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, n. spe2, v. 48, 2014, p. 184-189.
- MOREIRA, Felipe. Não-vidência e transexualidade: questões transversais IN: JESUS, Jaqueline et al. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro, Metanoia Editora, 2014.
- OLIVEIRA, Suzana de. Nome civil: patrimônio pessoal e o “exercício” deste “direito de propriedade”. *Jus Navigandi*, n. 219, 2004.
- PAIVA, Geraldo Jesus. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, pp. 77-84, jan./abr. 2007.
- PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo.; ROCHA, Rita Martins Godoy. O jogo do nome nas subjetividades travestis, *Psicologia & Sociedade*; v. 23 n.2, p. 254-261, 2011.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. (orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998, p.24.
- ROCON, Pablo Cardozo, et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21 n. 8, p. 2517-2525, 2016.
- SANTOS, T.F.S; MARTINELLI, M. A. *Sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social*. 2 Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 142-160, jan./abr. 2019.
- SARAIVA, Márcio Sales. Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista. IN: JESUS, Jaqueline et al. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro, Metanoia Editora, 2014.
- SENNA, Ariane; SAUER, Maiane Santos. Transexualidade e saúde na cidade de Salvador. In: DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira; ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (Org.), *Gênero na psicologia: saberes e práticas*. Salvador: CRP-03, 2016, p. 140-156.
- SILVA, Bruno de Brito; SANTOS, Elder Cerqueira. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez, 2014.
- SILVA, Livia Karoline Morais da. et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais, *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n.3, p. 835-846, 2017.
- TANNER, J. Recentring during emerging adulthood: A critical turning point in life span human development. in J. Arnett; J. Tanner (Orgs.), *Emerging adults in America: Coming of the Age in the 21st century*, p. 21-55, Washington: American Psychological Association, 2006 (Tradução nossa).
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014, p. 17.
- ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos da Psicologia*, n. 7, p. 79-88, 2002.